



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 4 – Ciência da Informação: diálogos e conexões

Modalidade: resumo expandido

MEMÓRIA EM CADA ESTANTE: o papel das bibliotecas para o patrimônio documental

MEMORY ON EVERY BOOKSHELF: the role of libraries for documentary heritage

Carolina Ribeiro – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Girlaine Pergentino – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Murilo Silveira – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo: O artigo explora o reconhecimento da biblioteca enquanto instituição essencial para a garantia do acesso, promoção e salvaguarda do patrimônio documental. Por meio de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e de natureza básica, objetivou apresentar sobre patrimônio documental, explorar o papel social das bibliotecas como espaços de memória e pontuar os desafios ligados à preservação documental. Por fim, reflete sobre a necessidade de um esforço conjunto para garantir a preservação dessa tipologia de acervo para o presente e para a posteridade.

Palavras-chave: Biblioteca. Patrimônio documental. Memória.

Abstract: This paper explores the recognition of the library as an essential institution for guaranteeing access, promotion and safeguarding of documentary heritage. Through exploratory, bibliographical and basic research, the objective was to present a review of documentary heritage, explore the social role of libraries as spaces of memory and highlight the challenges linked to document preservation. Finally, it reflects on the need for a joint effort to ensure the preservation of this type of collection for the present and for posterity.

Keywords: Library. Documentary heritage. Memory.

1 INTRODUÇÃO

Compartilhar a informação tem sido uma força motriz fundamental para o desenvolvimento humano. No decurso do tempo, as sociedades aprimoraram formas de transmitir aspectos importantes para a perpetuação de seus valores, crenças e



experiências, quer seja por meio da oralidade ou de registros inscritos em diversos suportes. Com isso, a arte de documentar o conhecimento propiciou o acúmulo de informações de forma mais duradoura, deixando-as disponíveis ao coletivo.

O ser humano enquanto ser social, ao registrar descobertas, permite que outros as explorem, contribuindo e construindo a partir delas um acervo de conhecimento cada vez mais abrangente. Diante da fragilidade da memória individual, detalhes relevantes correm o risco de desaparecer, logo, os registros do conhecimento servem como um antídoto capaz de preservar informações vitais para as futuras gerações. Essa troca informacional se tornou essencial para o progresso científico, tecnológico e cultural da humanidade.

Neste processo, as unidades de informação, a exemplo das bibliotecas, se fortaleceram como centros responsáveis por tutelar e difundir os registros do conhecimento, consolidando esses espaços como fomentadores ativos no processo de preservação da memória. Desta forma, além das obras de circulação contínua, as bibliotecas alocam documentos pertinentes à constituição do patrimônio documental de uma instituição, de um país ou do mundo.

Nesta pesquisa, compreende-se que o patrimônio documental é constituído por registros em diversos formatos (escrito, gravado, audiovisual, digital, etc.). Esses documentos, que vão desde manuscritos antigos até registros digitais contemporâneos, são testemunhas do passado e fundamentais para a construção de uma memória coletiva. A salvaguarda desse patrimônio não apenas preserva a história de um povo, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e a coesão social.

Atualmente, as tecnologias oferecem recursos importantes para a preservação e facilitam o acesso, estimulando a disseminação informacional desses bens (Braz; Holanda; Ferreira, 2012). Todavia, alguns entraves ainda podem ser visualizados nesse percurso, passando pela falta de normativas próprias para lidar com esses patrimônios e pela desvalorização unida à falta de investimentos públicos.

Desta forma, por meio de uma pesquisa de fins exploratórios, de meios bibliográficos e de natureza básica, objetiva-se visualizar o papel das bibliotecas enquanto espaços de tutela da memória ligada ao patrimônio documental. Afinal, essas instituições são indispensáveis no processo de democratização da informação e



preservação da memória, importante para a construção de uma identidade social e permitindo o caminhar em direção a um futuro mais justo.

2 PASSADO E PRESENTE: O VALOR DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

As discussões sobre patrimônio permeiam áreas como a História e a Antropologia, sendo possível encontrar diferentes vieses para o entendimento desse objeto de estudo. Em busca de uma definição generalista, é possível encontrar no dicionário a ideia de patrimônio como “Quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade”¹. Neste viés, o que constitui o patrimônio cultural pode ser compreendido enquanto processo sociocultural que atribui significado àquilo que compõe a memória de um grupo.

Outra definição necessária para dar prosseguimento ao assunto, consiste na consideração sobre “documento”, sendo este, objeto de estudo que possui antecedentes marcados na trajetória da CI. A partir de Paul Otlet, e posteriormente corroborado por Suzanne Briet, é possível visualizar a expansão do conceito de documento enquanto objeto representativo de um fenômeno físico ou conceitual.

Compreendendo parte do que engloba a ideia de patrimônio e documento, segue-se para as definições trazidas a nível global e nacional. Dessa maneira, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de acordo com o que foi publicado a partir da ‘Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais’², o patrimônio parte do construto dos indivíduos que compõem o grupo e formam um conjunto de valores que dão significado à essa existência humana, incluindo objetos materiais e imateriais que reforçam a criatividade e a forma de subsistência dessas comunidades.

No Brasil, no ano de 1937, o então presidente da república, Getúlio Vargas, assinava o Decreto de Lei nº 25 que delineava sobre a proteção do patrimônio cultural, trazendo que este é composto por um “[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação

¹ Descrição de Patrimônio no verbete do Dicionário Michaelis On-line. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wPaw>.

² Disponível em: https://culturalrights.net/descargas/drets_culturals400.pdf



a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico [...]” (Legislação [...], 2013, p.25).

Já na constituição de 1988, nos incisos do art. 216, são incrementadas descrições que permitem a ampliação do conceito de patrimônio cultural, no qual são consideradas as formas de expressão e de criar, as obras, os objetos e os documentos (Legislação [...], 2013). Portanto, tratando especificamente do patrimônio documental, estes podem ser compreendidos como um compilado das representações socioculturais de um grupo e que constituem um indício duradouro da sua formação e desenvolvimento.

Visualizando a importância e intencionando resgatar e valorizar o patrimônio documental da humanidade, a UNESCO desenvolveu o programa Memória do Mundo (Memory of the World - MOW). Em 1998, foi publicado o relatório intitulado “Memória do Mundo: conservando nosso patrimônio documental”, que expôs diretrizes com o propósito de garantir a preservação adequada a nível mundial, torná-los acessíveis e aumentar a conscientização sobre essa categoria de patrimônio (Palma Peña, 2013, tradução nossa).

Considerando que a formação destes patrimônios compõe a memória, é preciso esclarecer que ela não pode ser considerada ocasional, visto que parte de escolhas subjetivas que definem o que é criado, preservado e disseminado. Desta forma, o processo de reminiscência por meio dos documentos carrega valores e significâncias em diferentes contextos e níveis socioculturais. Para tanto, considera-se a memória social como uma convergência de ações individuais e coletivas, que até certa medida influenciam o que é transmitido pelos registros do conhecimento, sejam as crenças, a cultura ou os padrões implícitos na forma de viver daquele grupo.

À vista disso, entende-se que “[...] patrimônio e memória são bens de ordem tanto material quanto imaterial, que detém determinado valor para uma sociedade, e destaca a identidade, valores e a cultura, que são difundidos entre seus descendentes” (Braz; Holanda; Ferreira, 2012, p. 5). Com isso, ao lidar com essa memória documental, as bibliotecas evocam um papel significativo para a consolidação da identidade social, para o senso de coesão dos indivíduos e para o reconhecimento desses patrimônios.

3 BIBLIOTECAS: CENTROS DE MEMÓRIA



Em sua característica primordial, as bibliotecas constituem importantes centros de conhecimento e informação. Sousa, Azevedo e Loureiro (2017), apontam que, para além do caráter cultural, as bibliotecas se afirmam como lugares de memória pelo valor das coleções que constituem seu patrimônio. Dessa forma, para além de salvaguardar os registros científicos ou institucionais, esses centros corroboram para a manutenção do patrimônio documental da sociedade. Neste aspecto, as bibliotecas apresentam em seu cerne a capacidade de viabilizar serviços de acesso, preservação e promoção desse patrimônio.

Para tanto é válido ressaltar que a atuação do bibliotecário nesses espaços “não deve ocupar-se apenas da documentação produzida sobre o patrimônio cultural, mas também da identificação, seleção, classificação e difusão das obras em si [...]” (Souza; Crippa, 2009, p. 221). Este profissional, ao se firmar como peça chave no processo de transferência e mediação de informação, fortalece o reconhecimento da relevância patrimonial.

Assim, por meio do processamento técnico e de práticas especializadas, essas unidades de informação e memória asseguram a organização e preservação dos registros e, para além disso, propiciam o processo de disseminação da informação, gerando uma consciência crítica na sociedade. Desta maneira, por meio de processos como restauração, digitalização e catalogação, as bibliotecas possibilitam que o patrimônio bibliográfico e documental esteja acessível às novas gerações, permitindo pesquisas, estudos e o usufruto por parte de um público amplo.

É nesse sentido que o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, estabelece diretrizes e ações de universalização do acesso à arte e à cultura, objetivando qualificar ambientes e equipamentos culturais, a fim de garantir a “[...] implantação e manutenção de bibliotecas em todos os municípios brasileiros como espaço fundamental de informação, de memória literária, da língua e do design gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural [...]” (Legislação [...], 2013, p. 209). Essa preocupação governamental em ratificar uma lei voltada para a criação de bibliotecas evidencia sua relevância social.

Para Palma Penã (2013), essas unidades de informação servem de base para o remonte histórico e cultural da sociedade, além de auxiliar no processo de educação estimulando a conscientização coletiva sobre o patrimônio. Corroborando com essa



visão, no que tange aos deveres das bibliotecas, é previsto no Projeto de Lei do Senado de nº 25 de 2015, o dever de zelar pela preservação do patrimônio intelectual e cultural. Além disso, as bibliotecas caracterizam-se como centros de memória não apenas pelo que constituem, mas também pelo material que salvaguardam.

4 DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

No Brasil, questões ligadas à preservação do patrimônio documental ganharam destaque em 2021 com o anúncio realizado pelo então presidente da Fundação Cultural Palmares (Brasília), Sérgio Camargo³, referente à exclusão de cerca de 300 obras da instituição. Com isso, o ‘Boletim da Biblioteconomia’⁴, de responsabilidade do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), junto com especialistas das áreas ligadas aos espaços de informação e memória, publicou uma edição destinada à defesa destes registros.

A partir deste caso, foram extraídos alguns desafios que cercam o reconhecimento do patrimônio documental a nível nacional. A ausência de legislações focadas nesta tipologia de patrimônio, impacta diretamente na falta de investimentos públicos e privados para preservar e garantir o acesso a esses materiais que compõem grande parte da memória coletiva. Rodrigues (2024, p.3), reforça que “Os investimentos públicos em bibliotecas não apenas fortalecem a infraestrutura cultural de uma nação, mas também propagam um compromisso com a democratização do acesso à educação e à informação”.

Nesse aspecto, abre-se outra problemática que diz respeito à formação e capacitação do profissional que lidera as unidades de informação. Os bibliotecários, enquanto profissionais da informação, devem estimular a construção de uma política de formação e desenvolvimento de coleções, que sirva de escudo para proteger as obras de interesse institucional e nacional.

A falta de qualificação dos profissionais responsáveis e o pouco investimento, resulta em entraves no acondicionamento adequado desses materiais, deixando-os

³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/saiba-quais-foram-os-300-livros-banidos-do-acervo-da-fundacao-palmares-25063786>

⁴ Publicado no ano de 2021 (Ano 13, número 78), com a chamada “Defesa do Patrimônio Bibliográfico e Documental ganha selo de urgência”. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1385/1/Informativo_CFB_78_outubro.pdf.



vulneráveis à ação humana e aos agentes naturais, que contribuem para a deterioração acelerada dos documentos (Palma Peña, 2013, tradução nossa). Além disso, a ausência de uma padronização no tratamento, seleção e disseminação desses materiais os torna vulneráveis a critérios subjetivos das instituições detentoras e a vieses que podem comprometer a sua integridade e acessibilidade.

Todavia, o processo de conscientização não é uma iniciativa isolada e deve ser expandido a nível nacional. A sociedade que conhece o valor do seu patrimônio, melhor se aproxima da sua história e se reconhece inserido nela. Com isso, em diversos níveis, se faz importante aplicar projetos destinados ao reconhecimento e preservação patrimonial. A biblioteca nesse processo reforça a sua atuação como formadora de senso crítico para os indivíduos.

Ademais, jogar luz sobre essa temática é permitir a ampliação de pesquisas científicas que reconheçam a importância social, memorialística, histórica e cultural desses patrimônios. Desta forma, dar visibilidade a essas questões é garantir o não-apagamento das memórias ligadas ao patrimônio documental, afinal, grande parte da “memória do mundo” está alocada em bibliotecas.

5 CONSIDERAÇÕES

Diante desse cenário, evidencia-se o papel da biblioteca como unidade primordial para a consolidação do patrimônio documental, promovendo o fortalecimento da cultura e identidade social. Uma vez que, como afirmado por Silveira (2010), “em seus acervos estão preservados o conjunto dos elementos históricos que informam os sujeitos sobre seu passado, e que esses lhe conferem a possibilidade de projetar uma explicação para o presente, de divagar acerca do futuro”. Dessa maneira, a salvaguarda desses documentos enquanto representação cultural da sociedade assegura a permanência de registros identitários e democráticos da história e do saber humano, ao passo que colabora para a afirmação cultural e identitária social.

Esta pesquisa reconhece, portanto, a necessidade de um esforço conjunto para garantir a preservação do patrimônio documental para as futuras gerações, tendo em vista que esta é uma responsabilidade coletiva. Destaca-se a valorização das bibliotecas visto que contemplam ações de “[...] preservação, organização e disseminação do



conjunto de referências materiais e imateriais que constituem e qualificam nossa memória social e nosso patrimônio informacional” (Silveira; Moura, 2016, p. 207). Por conseguinte, discutir sobre a preservação do patrimônio documental constitui, para além de um dever moral, uma preocupação com o futuro. Ao assegurar a salvaguarda e o acesso ao patrimônio, é possível vislumbrar uma sociedade mais justa, equitativa e promissora.

REFERÊNCIAS

- BRAZ, M. I.; HOLANDA, C. M. S. de; FERREIRA, M. da S. O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 13., 2012, [Rio de Janeiro]. **Anais [...]**, [Rio de Janeiro]: [ANCIB], 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3961/3084>. Acesso em: 08 jul. 2024.
- PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre el patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, sep./dic., p. 31-58, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 13 jul. 2024.
- RODRIGUES, M. Bibliotecas públicas, patrimônio cultural e atuação governamental: interlocuções possíveis. **RDBCI**, Campinas, SP, v.22, p. 1-14, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/jrRFJz5KxQ64n6Tyk7zHTmS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.
- SILVEIRA, F. J. N. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 15, n. 3, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- SILVEIRA, F. J. N.; MOURA, M. A. Biblioteca, memória institucional e acesso aberto à informação: apontamentos teóricos e experiências desenvolvidas pela Universidade Federal de Minas Gerais. *In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. (Org.). Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2016. p. 197-222.
- SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. *Transinformação*, v. 21, n. 3, p. 207-223, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/wyYjxKD9ZtvqKRFTmcKFg3D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- SOUZA, I. L.; AZEVEDO, F. C.; LOUREIRO, M. L. N. M. Coleções Especiais e valor de memória: reflexões no contexto de Bibliotecas Universitárias. 2017. *In: ENCONTRO*

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**, Marília: ENANCIB, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5352>. Acesso em: 13 jul. 2024.